



## EMPRESTIMO BANCÁRIO

# Empresas poderão usar contratos com governo como garantia

## Medida deve beneficiar principalmente MPes

**Brasília** - Contratos fechados por empresas junto à administração pública poderão ser usados como garantia para empréstimos com bancos, em uma nova forma de destravar o crédito que deve servir especialmente às micro e pequenas empresas, disse ontem o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert.

O sistema que irá viabilizar as operações está em fase final de construção pela pasta e estará disponível a partir de 17 de agosto. Nas próximas semanas, o governo irá publicar um edital de credenciamento dos bancos.

Segundo Heckert, diversas instituições já demonstraram interesses, incluindo grandes bancos privados e *fintechs*. "Nós esperamos uma grande competitividade nesse processo", afirmou o secretário à Reuters.

Ele lembrou que só no poder

Executivo federal, as compras públicas movimentam cerca de R\$ 48 bilhões por ano.

"As micro e pequenas empresas têm uma participação bastante significativa nesse bolo", disse Heckert, destacando a existência de uma lei complementar que reserva até 25% do volume comprado para as empresas desse porte.

Dependendo do tipo de compra, contudo, essa representatividade dos pequenos negócios no universo dos fornecedores é "bem maior", segundo o secretário.

O governo não tem uma perspectiva preliminar de o quanto poderá ser efetivamente liberado em crédito na ponta, já que isso dependerá da procura das próprias empresas, explicou Heckert.

De qualquer forma, a expectativa é de que a medida ajude principalmente os negócios de menor porte, que normalmente não contam com



Ministério da Economia está em fase final de elaboração do sistema que irá possibilitar as operações pelas empresas

ativos de peso para obtenção de financiamentos baratos ou com condições mais facilitadas e que têm buscado capital de giro em meio às dificuldades impostas pela crise com o coronavírus.

**Limite** - Instrução normativa publicada ontem determina que o valor da operação de crédito não poderá exceder 70% do saldo a receber dos contratos selecionados pelos fornecedores.

Hoje, as empresas que prestam serviços para o governo recebem o pagamento após o chamado "atoste de faturas", o que pode demorar

até 30 dias. Com a mudança promovida pelo governo, elas poderão solicitar uma antecipação do crédito a partir do contrato firmado com a administração pública.

A medida vem em meio a uma leva mais recente de ações voltadas para microempresas, além de pequenas e médias.

Entram nesse pacote o Pronampe, programa do governo de garantias para crédito a micro e pequenas empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito a pequenas e médias empresas, que irá garantir parte dos empréstimos feitos por bancos a essas institui-

ções mediante aporte de até R\$ 20 bilhões do Tesouro no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a ajuda a pequenas e médias empresas, que irá engatar de vez no segundo semestre, poderá representar um impulso para a atividade de no pós-Covid, levando a um crescimento com continuação de melhora, "ainda que não seja totalmente em V, mas pelo menos com uma inclinação melhor". (Reuters)

ADRIANO MACHADO/REUTERS